

XI BRASA CONFERENCE 2012 (Champaign-Urbana)

Panel Name: Mid 20th century Brazilian Literature & Philosophy

Da natureza à cultura: literatura e folclore no pensamento de Antonio Candido

Autora: Anita M. R. de Moraes (UFF/ CAPES)*

Nesta comunicação investigarei as noções de “literatura primitiva/rústica”, “folclore rural” e “folclore urbano” que vigoram em textos de Antonio Candido. Tratarei de três textos do autor: “Estímulos da criação literária” (1965), “Literatura e subdesenvolvimento” (1970) e “O direito à literatura” (1988). Pretendo, com esta estratégia, explicitar certas tarefas que Antonio Candido atribui à literatura, particularmente à chamada “literatura erudita”. Em “Estímulos da criação literária”, por exemplo, Candido sugere ser a literatura recurso, entre outros, para a superação da simbiose do homem com a natureza. O autor estabelece, contudo, uma distinção entre literatura primitiva/rústica/oral e literatura escrita/erudita. No caso da literatura primitiva/rústica/oral, a realidade natural chegaria à expressão literária de maneira crua, ainda bruta, sendo que, na literatura escrita/erudita, seria elaborada, não alcançando expressão direta. Da literatura oral, que o autor também denomina folclórica, à literatura erudita, haveria a conquista da cultura sobre a natureza, ou seja, camadas de mediação devedoras do progresso da civilização. Interessa-me justamente investigar como o autor define, nos textos selecionados, a literatura oral/folclórica/rústica/primitiva em contraposição à literatura escrita/erudita, estabelecendo níveis e etapas culturais.

Na segunda parte de “Estímulos da criação literária” (1965), Antonio Candido distingue três funções da literatura, a função total, a função social e a função ideológica na literatura oral e escrita; defende, então, a tese de que na literatura oral prepondera a segunda função. A função total aponta para a capacidade de uma obra significar, ter valor e interesse, mesmo fora de seu contexto inicial de produção e recepção. A função social aponta para “o papel que a obra desempenha no estabelecimento das relações

* Professora de Teoria da Literatura na Universidade Federal Fluminense. Autora do livro *O inconsciente teórico: investigando estratégias interpretativas de Terra Sonâmbula, de Mia Couto* (co-edição Annablume/FAPESP; 2009).

sociais, na satisfação de necessidades espirituais e materiais, na manutenção ou mudança de certa ordem na sociedade” (2000; p. 41). Já a função ideológica da obra remete para a intenção do artista e o interesse do público, ou seja, para as “vontades” envolvidas no ato de escrita e leitura.

Na literatura das sociedades “primitivas e rústicas” preponderaria a função social, não a função total, como no caso da literatura das chamadas “sociedades civilizadas”. No desenvolvimento de seu argumento, o autor defenderá que a independência da obra com relação a seu contexto imediato de produção e recepção (a função total) é pouca na literatura dessas sociedades porque nelas a palavra participaria de um conjunto mais amplo (e concreto) de elementos.

(...) É porque, na literatura oral, o mergulho na circunstância determina uma estrutura de palavras com menor autonomia. Esta só se desenvolve quando a obra, não dependendo essencialmente para ser criada e comunicada de nenhum ato coletivo, ganha independência em relação às condições de produção. Aí, o trabalho artístico com a palavra – isto é, a composição – adquire tal requinte, que mesmo quando a obra é escrita para ser executada (é o caso das peças de teatro), ela adquire a singularidade e a aparência de coisa incondicionada, peculiar aos textos literários propriamente ditos. Assim, uma tragédia grega, composta para ser encenada em dadas ocasiões e de certa maneira, pode ser lida hoje e guarda, nessa leitura, um impacto suficiente para sentir a pujança da sua “função total”. É que na literatura erudita, a extrema pluralidade da palavra confere ao texto uma elasticidade que lhe permite ajustar-se aos mais diversos contextos. (2000; p. 45)

A tese de que a função social prepondera na literatura oral conduz, por um lado, à defesa de uma abordagem contextualista, que evite o erro de “tratar as suas formas orais como texto, ajustando-as ao nosso sistema simbólico, transpondo-as para o nosso mundo de valores” (2000; p. 45); por outro, no que tange à “literatura erudita”, à afirmação de que o conhecimento do contexto não é, então, decisivo, já que a palavra se vê trabalhada de tal forma que adquire independência, podendo se ajustar a contextos diversos. Entende-se, assim, que “os textos literários propriamente ditos” pressupõem certa distribuição das funções delineadas, ou seja, pressupõem a dominância da função

total. Para que esta função possa preponderar, parece necessário que a esfera artística se autonomize, distanciando-se de outras dimensões da vida social, como o ritual.

Não que a função social (em sua multiplicidade) deixe de existir, mas, no que se refere à literatura erudita, o trabalho requintado com a palavra garantiria o interesse do texto para além de seu contexto imediato de produção. Esta relativa autonomia e intemporalidade, devedora de certo trabalho artístico com a linguagem, associa-se à técnica da escrita: a “pujança da função total” de uma tragédia grega se verificaria, na perspectiva do autor, por esta ter valor e interesse mesmo quando não encenada, quando apenas lida. É a independência da palavra quanto a outros elementos, de ordem sensorial (canto, gesto, cenário, etc.), que garante a relativa intemporalidade/universalidade da obra e atesta sua “grandeza” (2000; p. 41). No pólo da literatura erudita temos escrita, intemporalidade, autonomia da palavra, trabalho requintado com a linguagem; no pólo da literatura oral temos, obviamente, ausência de escrita, rusticidade/primitividade, dependência da palavra com relação ao contexto (ou seja, para significar plenamente, o texto dependeria de elementos outros, além do signo verbal).

O autor sugere diferentes níveis de estilização da realidade: nível baixo caracterizando a literatura primitiva; nível elevado, a literatura erudita. Sua proposição é de que, na arte primitiva, a realidade material (fisiológica, econômica) alcança expressão direta, sendo que, na erudita, faz-se desfigurada por uma série de mediações. Os vínculos da realidade artística com a realidade exterior, social e material, seriam diretos nas “sociedades primitivas” e indiretos nas “sociedades civilizadas” porque, nestas, as “necessidades imediatas” não são motivo de aflição coletiva (ao menos dentre os grupos que produzem e consomem literatura escrita, ressalva o estudioso (2000; p. 60)).

Na literatura erudita, a distância da obra com relação às condições de vida parece ser possível porque ocorre em sociedades (ou grupos sociais) cujas necessidades básicas para manutenção da vida não são mais fator de preocupação permanente, preocupação “absorvente nas primitivas e menos evoluídas” (2000; p. 49). A dependência do homem quanto ao meio natural imediato, que caracterizaria estes estádios culturais considerados “anteriores”, parece encontrar paralelo na dependência da poesia oral quanto a elementos externos à palavra. Da mesma maneira que o homem encontra-se fundido ao meio, sua poesia dele não se destaca. Retomando: 1) na poesia

oral a dimensão fisiológica (corporal, material) encontra expressão imediata, a realidade nutricional é relevante, chega “crua” ao poema (2000; p. 55); 2) nela, a palavra precisa de outros elementos, performáticos, para significar plenamente; 3) ao contrário da literatura erudita, vemos que o alimento é alimento, não símbolo, reforçando-se o argumento de que a palavra está colada à coisa, não havendo várias camadas de sentido (o autor se vale de um poema oral nuer para formular sua proposição). Arrisco pensar, a partir dessas considerações, que, para Antonio Candido, na literatura oral não há dentro e fora do poema, ou seja, há fusão entre exterior e interior. A palavra, como o homem, está fundida ao meio, nele se mistura.

Em “Literatura e subdesenvolvimento”, ensaio de em 1970, o estudioso se ocupa de problemas contemporâneos e comuns aos países latino-americanos, como o êxodo rural e o incremento da indústria cultural. Vejamos:

(...) na maioria dos nossos países há grandes massas ainda fora do alcance da literatura erudita, mergulhando numa etapa folclórica de comunicação oral. Quando alfabetizadas e absorvidas pelo processo de urbanização, passam para o domínio do rádio, da televisão, da história em quadrinhos, constituindo a base de uma cultura de massa. Daí a alfabetização não aumentar proporcionalmente o número de leitores da literatura, como a concebemos aqui; mas atirar os alfabetizados, junto com os analfabetos, diretamente da fase folclórica para uma espécie de folclore urbano que é a cultura massificada. No tempo da catequese os missionários coloniais escreviam autos e poemas, em língua indígena ou vernácula, para tornar acessíveis ao catecúmeno os princípios da religião e da civilização metropolitana, por meio de formas literárias consagradas, equivalentes às que se destinavam ao homem culto de então. Em nosso tempo, uma catequese às avessas converte rapidamente o homem rural à sociedade urbana, por meio de recursos comunicativos que vão até a inculcação subliminar, impondo-lhe valores duvidosos e bem diferentes dos que o homem culto busca na arte e na literatura. (1987; p. 174)

Esta passagem me parece crucial. A formulação “etapa/fase folclórica” repõe as premissas evolucionistas de “Estímulos da criação literária”. Certa formulação me chama a atenção: “catequese às avessas”. Se entendo bem, teria havido uma catequese adequada que contrasta com uma catequese negativa, invertida, denunciada como em

curso no seu tempo presente. A primeira teria sido aquela que os missionários coloniais encabeçaram; a outra, a que a televisão, o cinema, o rádio, os desenhos animados e as histórias em quadrinhos estariam conduzindo. Por que era aquela adequada? Porque os missionários se esforçavam em trazer aos índios “princípios da religião e da civilização metropolitana, por meio de formas literárias consagradas, equivalentes às que se destinavam ao homem culto de então”. Os missionários colocavam os índios em contato com algo que teria valor em si, ou seja, aquilo que os homens cultos produziam e fruía; ao contrário, os meios de comunicação de massa não trazem “princípios” da metrópole em “formas consagradas”, mas “valores duvidosos e bem diferentes dos que o homem culto busca na arte e na literatura”. Curiosamente, a catequese dos índios não vem descrita como “imposição”, mas esforço de tornar acessível algo positivo; impostos são os valores duvidosos da cultura massificada. Enquanto os missionários faziam parte de uma classe com valores confiáveis, a dos “homens cultos”, os que produzem cultura massificada são a ela alheios, e o que oferecem (ou impõem) reforça o alheamento das “massas”. Entende-se, assim, que esta classe dos “homens cultos” atravessa os tempos, irmanando homens de letras ao longo dos séculos.

Ao contrário das “formas literárias consagradas”, que poderiam enriquecer o indígena, a cultura de massa surge como empobrecedora. Tenho a impressão de que este empobrecimento relaciona-se, na perspectiva do autor, à dependência da palavra, ou sua pouca autonomia, diante de outros elementos semióticos, como a imagem e o som. (1987; p. 176) Vimos, em “Estímulos da criação literária”, como o folclore se caracteriza, na perspectiva do autor, pela pouca autonomia da palavra quanto a elementos performáticos, que são também sonoros e visuais. Entendo, portanto, que o recurso ao termo “folclore” para tratar da cultura urbana de massa deva-se à sugestão de que tanto na poesia oral como nos produtos desta nova cultura a palavra está submetida a outros elementos. O autor chama a atenção dos escritores para uma ameaça, sugerindo que o apelo visual e sonoro tem poder de inculcamento maior que o da literatura erudita (1987; p. 176). Parece-me importante reter a idéia de que poesia oral e propaganda podem ser aproximadas no apelo comum a elementos não-verbais.

Em 1988, Antonio Candido publica, em volume dedicado à questão dos direitos humanos, o ensaio “O direito à literatura”. O autor lida, então, com uma noção alargada de literatura, que seria comum a todos (todas as culturas e grupos sociais), e uma noção restrita, a de literatura erudita, sendo esta acessível a poucos. Para argumentar que a

literatura é uma necessidade humana, volta-se para a primeira noção; para defender que se trata de um direito que não tem sido atendido, recorre à segunda. A passagem de uma acepção a outra de literatura me parece reveladora de uma hierarquia prevista entre as produções culturais.

Vejamos como o autor inicia a sexta seção do ensaio, na qual defende a necessidade da democratização da “literatura”:

(...) verifiquei que a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar nossa humanidade. (...)

A organização da sociedade pode restringir ou ampliar a fruição deste bem humanizador. O que há de grave numa sociedade como a brasileira é que ela mantém com a maior dureza a estratificação das possibilidades, tratando como se fossem compressíveis muitos bens materiais e espirituais que são incompressíveis. Em nossa sociedade há fruição segundo as classes na medida em que um homem do povo está praticamente privado da possibilidade de conhecer e aproveitar a leitura de Machado de Assis ou Mário de Andrade. Para ele, ficam a literatura de massa, o folclore, a sabedoria espontânea, a canção popular, o provérbio. Estas modalidades são importantes e nobres, mas é grave considerá-las como suficientes para a grande maioria que, devido à pobreza e à ignorância, é impedida de chegar às obras eruditas. (2004; p. 28)

A necessidade apontada pelo estudioso é de tempo de lazer que assegure a fruição “humanizadora das obras literárias”, as quais já correspondem a um sentido restrito de literatura. Em seguida, o autor sugere a existência de “níveis culturais”. Vejamos:

Isso faz lembrar que, envolvendo o problema da desigualdade social e econômica, está o problema da intercomunicação dos níveis culturais. Nas sociedades que procuram estabelecer regimes igualitários, o pressuposto é que todos devem ter a possibilidade de passar dos níveis populares para os níveis eruditos como consequência normal da transformação de estrutura, prevendo-se a elevação sensível da

capacidade de cada um graças à aquisição cada vez maior de conhecimentos e experiências. (2004; p. 30)

O *Fausto*, o *Dom Quixote*, *Os Lusíadas*, Machado de Assis, podem ser fruídos em todos os níveis e seriam fatores inestimáveis de afinamento pessoal se nossa sociedade iníqua não segregasse as camadas, impedindo a difusão dos produtos culturais eruditos e confinando a povo a apenas uma parte da cultura, a chamada popular. (2004; p. 32)

Parece-me necessário ponderar sobre esta grande categoria: “cultura popular”. Entendo que reúne um conjunto extremamente vasto de manifestações culturais, certamente ecoando a de *folclore*, rural e urbano, de “Literatura e subdesenvolvimento”. Tenho a impressão de que o autor esteja sugerindo que todo esse “conjunto” seria superado se ao povo fosse dada a chance de conhecer e fruir “os produtos culturais eruditos”, pois teria, então, a chance de passar de nível, do nível popular ao nível erudito.

O que garantiria, para Antonio Candido, a hierarquia entre nível popular e nível erudito? Por que estaria o popular em nível inferior? Vimos, em “Estímulos da criação literária”, que na literatura primitiva e rústica, ou oral, a palavra teria menor autonomia, ainda não estaria organizada em sistema expressional autônomo, dependendo de outros elementos semióticos para significar plenamente. Vimos também que, no poema oral, haveria menos camadas de sentido, ou seja, a distância entre palavra e coisa seria menor que no poema erudito. Além de mais colada à situação concreta de produção/recepção e ao referente, a poesia oral teria como dominante a função social (ou seja, a função total, ou sua dimensão estética, não seria discernível de outras dimensões da vida social). Sugeri, então, que, na perspectiva do autor, a literatura oral estaria mais fortemente vinculada ao mundo material, ao concreto, que a erudita. Destaquei também que a noção de *folclore urbano* aproxima a literatura oral (rústica, primitiva) da cultura de massa. Lembremos que, nesta, o elemento estético seria, para o autor, reduzido ao mínimo.

Entendo, pelo exposto, o seguinte: o forte empenho democratizante e a contundente defesa de justiça social de “O direito à literatura” convivem com uma premissa evolucionista que melhor se evidencia com a leitura de “Estímulos da criação literária” e “Literatura e subdesenvolvimento”. Para Candido, a literatura oral, rústica, primitiva ou folclórica, seria própria de etapa cultural considerada menos avançada,

uma espécie de literatura rudimentar quando comparada à literatura do “escritor civilizado” (CANDIDO, 2000; p. 53-54). Este caráter rudimentar se reporia, em contexto urbano, na cultura de massa, por essa razão também chamada pelo autor de folclórica. Assim, ao defender o acesso do pobre à literatura erudita, entende que este passaria não apenas de um “nível” cultural a outro, mas de uma “etapa” cultural a outra, considerada mais avançada. Parece-me, pelo exposto, que, na perspectiva do estudioso, a desigualdade social brasileira corresponderia a uma participação desigual no progresso da civilização. No Brasil, os estádios, gradações, de um suposto processo civilizador estariam presentes no presente.

Penso que, para Antonio Candido, a literatura participaria ativamente do processo civilizador/humanizador, consistindo em recurso, dentre outros, para a superação da simbiose do homem com a natureza. A literatura oral (folclórica, primitiva, rústica) seria própria de etapa inicial, estando o homem ainda refém de necessidades materiais; a erudita, ao contrário, atestaria a primazia da cultura sobre a natureza. Trata-se, com a “evolução” da literatura oral para a escrita, de passar da natureza à cultura, do domínio material/instintivo (pólo natureza/animalidade) ao racional/espiritual (pólo humanidade/civilização).

Referências bibliográficas:

CANDIDO, Antonio. Estímulos da criação literária. In *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.

_____. Literatura e subdesenvolvimento. In *A educação pela noite*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. O direito à literatura. In *Antonio Candido. O direito à literatura e outros ensaios*. Coimbra: Angelus Novus, 2004. (Org.) Abel Barros Baptista.